

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO

relativa à alteração do Código de Boas Práticas para a condução dos procedimentos de controlo dos auxílios estatais PROJETO

1. INTRODUÇÃO

1. A União Europeia é uma parte na Convenção da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) sobre o acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente («Convenção»). A Convenção é aplicada pela União no que diz respeito às instituições da União através do Regulamento (CE) n.º 1367/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho¹ («Regulamento n.º 1367/2006»).
2. As decisões em matéria de auxílios estatais adotadas pela Comissão não estão abrangidas pelo âmbito de aplicação do Regulamento n.º 1367/2006. No processo ACCC/C/2015/128, o Comité de Avaliação do Cumprimento da Convenção de Aarhus («ACCC») concluiu que a União violava a Convenção de Aarhus por não conceder aos membros do público acesso a processos administrativos ou judiciais para impugnar decisões sobre medidas de auxílio estatal tomadas pela Comissão nos termos do artigo 108, n.º 2 do TFUE que violem o direito da União em matéria de ambiente².
3. Conforme estabelecido no Regulamento [xx]³ da Comissão, para dar seguimento a estas conclusões, a União deve criar um mecanismo de revisão interna. Esse mecanismo deve ser aplicado às decisões finais da Comissão em matéria de auxílios estatais de encerramento de um procedimento formal de investigação nos termos do artigo 108.º, n.º 2 do TFUE, em conformidade com o artigo 9.º, n.º 3 e 4 do Regulamento (UE) 2015/1589 do Conselho⁴, sempre que essas decisões em matéria de auxílios estatais tenham como base jurídica o artigo 107.º, n.º 3, alíneas a), c), d) e e), bem como a primeira parte da alínea b) (os auxílios destinados a fomentar a realização de um projeto importante de interesse europeu comum), do TFUE. Conforme estabelecido no Regulamento [xx] da Comissão, deve ser solicitado ao Estado-Membro notificante que confirme que nem a atividade objeto de auxílio estatal nem quaisquer regras de atribuição da medida de auxílio estatal notificada

¹ Regulamento (CE) n.º 1367/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de setembro de 2006, relativo à aplicação das disposições da Convenção de Aarhus sobre o acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente às instituições e órgãos comunitários, JO L 264 de 25.9.2006, p. 13, ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/2006/1367/oj>.
Ver: https://unece.org/env/pp/cc/accc.c.2015.128_european-union.

²

³ Regulamento [xx] da Comissão, que altera o Regulamento (CE) n.º 794/2004 da Comissão, de 21 de abril de 2004, relativo à aplicação do Regulamento (UE) 2015/1589 do Conselho, que estabelece as regras de execução do artigo 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

⁴ Regulamento (UE) 2015/1589 do Conselho, de 13 de julho de 2015, que estabelece as regras de execução do artigo 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, JO L 248 de 24.9.2015, p. 9, ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/2015/1589/oj>.

indissolúvelmente ligadas ao objeto do auxílio violam o direito da União em matéria de ambiente⁵.

4. A presente Comunicação altera o Código de Boas Práticas para a condução dos procedimentos de controlo dos auxílios estatais («Código de Boas Práticas»). Estabelece o procedimento de reexame interno e indica quais as entidades que podem apresentar um pedido de reexame interno («pedido») à Comissão, as condições desse pedido, o âmbito do pedido e os prazos aplicáveis.
5. Acresce que a Comissão acumulou mais experiência com a fase de notificação prévia prevista no ponto 3 do Código de Boas Práticas, revelando essa mesma experiência que os contactos com os Estados-Membros no âmbito dessa fase tendem a prolongar-se durante mais tempo, nomeadamente nos casos mais complexos. Deste modo, a duração de seis meses da fase de notificação prévia deve ser ajustada em conformidade, para 12 meses.
6. Por último, a Comissão reconhece nunca ter recorrido ao procedimento simplificado em processos simples previsto no ponto 6 do Código de Boas Práticas. Por conseguinte, este procedimento deve ser suprimido.

2. ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS:

7. É inserido um novo **ponto 11**, após o atual ponto 11 («Monitorização»), com a seguinte redação:

«11. Mecanismo de reexame interno na sequência das conclusões do Comité de Avaliação do Cumprimento da Convenção de Aarhus no processo ACCC/C/2015/128»

78. Na sequência das conclusões do Comité de Avaliação do Cumprimento da Convenção de Aarhus no processo ACCC/C/2015/128, a Comissão deve tratar os pedidos de reexame interno apresentados por entidades elegíveis recorrendo ao mecanismo descrito *infra*.

11.1 Entidades elegíveis para apresentar pedidos de reexame interno

79. Qualquer organização não governamental que satisfaça os critérios estabelecidos *infra* será elegível para apresentar pedidos de reexame interno à Comissão a respeito das decisões em matéria de auxílios estatais enumeradas no ponto 11.4, com o fundamento de que a atividade objeto de auxílio estatal e/ou quaisquer regras de atribuição da medida em matéria de auxílios estatais aprovadas por essas decisões indissolúvelmente ligadas ao objeto do auxílio⁶, violam uma ou mais normas específicas do direito da União em matéria de ambiente, definidas no artigo 2.º, n.º 1, alínea f) do Regulamento n.º 1367/2006.

⁵ *Ex multis* Acórdão do Tribunal de Justiça de 22 de março de 1977, Iannelli & Volpi SpA/Ditta Paolo Meroni, C-74/76, ECLI:C:1977:51, n.º 14: «As regras de atribuição de um auxílio que contrariem disposições particulares do Tratado (...) podem estar tão indissolúvelmente ligadas ao objeto do auxílio que não seja possível apreciá-las isoladamente, de forma que o seu efeito sobre a compatibilidade ou incompatibilidade do auxílio no seu conjunto deve necessariamente ser apreciada por recurso ao procedimento do artigo 93.º».

⁶ *Ver supra*, *Ex multis* acórdão do Tribunal de Justiça de 22 de março de 1977, Iannelli & Volpi SpA/Ditta Paolo Meroni, C-74/76, ECLI:EU:C:1977:51, n.º 14.

80. As organizações não governamentais são elegíveis para apresentar pedidos de reexame interno nos termos do n.º 79 se:

- (a) De acordo com o direito interno ou a prática nacional de um Estado-Membro, forem pessoas coletivas independentes sem fins lucrativos;
- (b) Tiverem como objetivo principal declarado a promoção da proteção do ambiente no contexto da legislação ambiental;
- (c) Existirem há mais de dois anos e estiverem ativamente empenhadas na realização do objetivo referido na alínea b);
- (d) O objeto do pedido de reexame interno se inserir no âmbito do seu objetivo e atividades.

11.2 Documentos comprovativos a facultar para determinar se as organizações não governamentais são elegíveis para apresentar pedidos de reexame interno

81. As organizações não governamentais que apresentem pedidos de reexame interno de uma decisão em matéria de auxílios estatais nos termos do n.º 79 devem apresentar documentos comprovativos que demonstrem que satisfazem os critérios estabelecidos no n.º 80, mediante a apresentação dos documentos enumerados *infra*:

- (a) Regimento ou estatutos da organização não governamental ou, no caso dos Estados-Membros cujo direito interno não exija nem preveja que as organizações não governamentais adotem regimento ou estatutos, qualquer outro documento com o mesmo valor ao abrigo da prática nacional.
- (b) Relatórios anuais de atividades da organização não governamental relativos aos dois anos precedentes;
- (c) No caso das organizações não governamentais estabelecidas em países nos quais o registo junto das autoridades nacionais constitua uma condição prévia da obtenção de personalidade jurídica, uma cópia do registo legal junto das autoridades nacionais;
- (d) Se for caso disso, e sem prejuízo do requisito de apresentação dos documentos referidos nas alíneas a) a c) *supra*, informações e documentação que demonstrem que a organização não governamental foi previamente reconhecida pela Comissão como elegível para a apresentação de pedidos de reexame interno nos termos do n.º 79, bem como uma declaração da organização não governamental de que os requisitos de elegibilidade continuam a ser satisfeitos;
- (e) Se um dos referidos documentos não puder ser apresentado por motivos alheios à organização não governamental, esta pode apresentar documentação equivalente como comprovativo;
- (f) Se os documentos referidos não evidenciarem que a organização não governamental tem como objetivo principal declarado a promoção da proteção do ambiente no contexto do direito em matéria de ambiente, que existe há mais de dois anos e que prossegue ativamente esse objetivo, ou que o objeto do pedido de reexame interno se encontra abrangido pelos objetivos e atividades da organização não governamental, a mesma deve apresentar qualquer outro documento que comprove a satisfação destes critérios.

11.3 Representação por uma organização não governamental ou por um advogado

82. Aplica-se o disposto no n.º 81 se as organizações não governamentais forem representadas por uma organização não governamental.

83. Caso as organizações não governamentais sejam representadas por um advogado, o pedido deve ser acompanhado de documentos e dados comprovativos de que o advogado está autorizado a exercer nos órgãos jurisdicionais de um Estado-Membro. Esses documentos podem incluir uma certidão emitida por uma ordem dos advogados de um Estado-Membro ou qualquer outro documento com o mesmo efeito ao abrigo das normas nacionais. O advogado deve igualmente apresentar como elemento de prova uma procuração que ateste a sua autorização para representar o seu cliente.

11.4 Decisões em matéria de auxílios estatais em relação às quais pode ser apresentado um pedido de reexame interno

84. As organizações não governamentais elegíveis podem apresentar pedidos de reexame interno das decisões finais da Comissão em matéria de auxílios estatais de encerramento de um procedimento formal de investigação iniciado nos termos do artigo 108.º, n.º 2 do TFUE, em conformidade com o artigo 9.º, n.º 3 e 4, do Regulamento (UE) 2015/1589 do Conselho, se a base jurídica dessa decisão for:

- (i) O artigo 107.º, n.º 3, alínea a), do TFUE;
- (ii) O artigo 107.º, n.º 3, alínea b), primeira parte, do TFUE;
- (iii) O artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do TFUE;
- (iv) O artigo 107.º, n.º 3, alínea d), do TFUE;
- (v) O artigo 107.º, n.º 3, alínea e), do TFUE.

11.5 Teor de um pedido de reexame interno

85. O pedido de reexame interno de uma decisão da Comissão nos termos do n.º 79 deve ser apresentado por escrito, utilizando o formulário que consta do anexo III do Regulamento [xx] e deve:

- (a) Especificar a decisão final da Comissão em matéria de auxílios estatais em relação à qual é solicitado o reexame;
- (b) Indicar as disposições específicas do direito da União em matéria de ambiente alegadamente violadas pela atividade que beneficia de auxílio ou pelas regras de atribuição da medida em matéria de auxílio estatal notificada indissoluvelmente ligadas ao objeto do auxílio;
- (c) Indicar os motivos que justificam o pedido;
- (d) Fornecer documentação e informações pertinentes e estruturadas, bem como factos ou argumentos jurídicos para sustentar cada um desses fundamentos;
- (e) Especificar o nome e os dados de contacto da pessoa autorizada a representar a parte requerente perante terceiros para efeitos do reexame interno;
- (f) Incluir elementos de prova de que a parte requerente tem o direito de apresentar o pedido de acordo com os critérios e condições previstos nos n.ºs 79 a 81.

86. O pedido de reexame interno não pode exceder dez páginas (excluindo os documentos fornecidos para apresentar elementos de prova de que os critérios de elegibilidade previstos no n.º 80 foram satisfeitos e outros anexos que sustentam o pedido).

87. Os anexos devem ser numerados, ter títulos claramente assinalados e ser mencionados no pedido de reexame interno para apresentar elementos de prova dos argumentos de facto e/ou de direito apresentados pela organização não governamental.

88. Para efeitos do n.º 85, alínea e), se for apresentado um pedido conjunto por várias organizações não governamentais deve ser designado um ponto de contacto único.

89. A fim de agilizar o procedimento de reexame interno, a Comissão recomenda vivamente que se recorra à seguinte dispensa de tradução *infra*, datada e assinada pela organização não governamental e apresentada juntamente com o pedido:

«O abaixo assinado, em representação da organização não governamental requerente que apresenta o pedido relativo à [especificar o número e o título da decisão em matéria de auxílios estatais], concorda, a título excecional, em renunciar aos seus direitos decorrentes do artigo 342.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, conjugado com o artigo 3.º do Regulamento (CEE) do Conselho n.º 1/1958, e em que a resposta da Comissão adotada e notificada nos termos do artigo 297.º do Tratado seja redigida em inglês.»

11.6 Apreciação pela Comissão

90. A Comissão deve considerar um pedido se o mesmo for apresentado por entidades elegíveis e utilizando o formulário mencionado no n.º 85, exceto se for manifestamente infundado ou claramente desprovido de fundamentação.

91. No caso de serem apresentados diversos pedidos de reexame interno relativos a uma decisão em matéria de auxílios estatais, a Comissão pode decidir apensar esses pedidos e tratar os mesmos como se apenas de um pedido se tratasse.

92. A Comissão deve verificar que os elementos de prova apresentados pela organização não governamental demonstram que uma ou mais disposições específicas do direito da União em matéria de ambiente foram violadas pela atividade que beneficia de auxílio ou pelas regras de atribuição da medida em matéria de auxílio estatal notificada indissoluvelmente ligadas ao objeto do auxílio.

93. Se, com base nas informações fornecidas nos termos dos n.ºs 79 a 81, não for possível à Comissão avaliar plenamente se os critérios ou condições se encontram preenchidos, a mesma deve convidar a parte requerente a apresentar documentação ou informações adicionais, bem como uma versão não confidencial dessa documentação ou informações, se for caso disso. A parte requerente deve responder num prazo razoável a especificar pela Comissão, que não pode exceder 30 dias. Durante esse período, os prazos previstos nos n.ºs 107 e 108 são suspensos.

94. Cabe à Comissão enviar o pedido de reexame interno ao Estado-Membro cuja medida foi aprovada pela decisão em matéria de auxílios estatais objeto de reexame para que o Estado-Membro possa apresentar as suas observações, bem como uma versão não confidencial dessas observações, se for caso disso. Durante este período de

consulta, que não pode exceder 30 dias, os prazos previstos nos n.ºs 107 e 108 são suspensos.

95. Se for caso disso, a Comissão pode consultar outras autoridades nacionais competentes de qualquer Estado-Membro para verificar e analisar as informações prestadas pela organização não governamental ou advogado em causa no que respeita aos critérios de elegibilidade previstos no n.º 80 ou aos fundamentos do pedido. As autoridades nacionais consultadas devem fornecer uma versão não confidencial das suas observações, se for caso disso. Durante este período de consulta, que não pode exceder 30 dias, os prazos previstos nos n.ºs 107 e 108 são suspensos.

11.7 Prazos

96. O pedido de reexame interno deve ser apresentado pela organização não governamental num prazo não superior a oito semanas a contar da publicação da decisão da Comissão em matéria de auxílios estatais.

97. A Comissão deve apresentar as suas razões numa resposta o mais rapidamente possível, o mais tardar, 16 semanas a contar do termo do prazo de oito semanas indicado no n.º 96.

98. Se, apesar de todos os esforços nesse sentido, a Comissão não cumprir o prazo previsto no n.º 97, deve informar a organização não governamental que apresentou o pedido o mais rapidamente possível e, o mais tardar, dentro do prazo indicado no número anterior, do momento em que tenciona fazê-lo. Em qualquer caso, a Comissão deve agir no prazo de 22 semanas a contar do termo do prazo de oito semanas previsto no n.º 96.

11.8 Processos no Tribunal de Justiça

99. A organização não governamental que apresentou o pedido de reexame interno nos termos do n.º 79 pode instaurar processos no Tribunal de Justiça, de acordo com o TFUE.

11.9 Apresentação de pedidos de reexame interno por via eletrónica

100. Os pedidos de reexame interno de uma decisão em matéria de auxílios estatais nos termos do n.º 79 devem ser apresentados através do sistema em linha designado de acesso público que consta do sítio Web da Comissão.

11.10 Publicação e sistemas em linha para a receção dos pedidos

101. A Comissão deve publicar todos os pedidos num sítio Web designado, o mais rapidamente possível após a receção dos mesmos, bem como as respostas da Comissão, o mais rapidamente possível após a sua adoção.

8. O **ponto 3** («Notificação prévia»), n.º 16, do Código de Boas Práticas é alterado do seguinte modo:

«O calendário e o formato dos contactos no âmbito da notificação prévia dependem, em grande medida, da complexidade do processo. Embora estes contactos possam prolongar-se por vários meses, não devem prolongar-se, regra geral, por mais de 12 meses.»

9. O **ponto 6** («Procedimento simplificado em processos simples») do Código de Boas Práticas é suprimido.

10. **Aplicabilidade**

9.1 A Comissão deve aplicar as alterações relativas ao ponto 3 («Notificação prévia») e ao ponto 6 («Procedimento simplificado em processos simples») após a publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

9.2 A Comissão passa a aplicar o novo ponto 11 («Mecanismo de reexame interno na sequência das conclusões do Comité de Avaliação do Cumprimento da Convenção de Aarhus no processo ACCC/C/2015/128») às decisões finais da Comissão ao abrigo do novo ponto 11.4. Estas decisões têm por base notificações em que os Estados-Membros confirmaram que nem a atividade que beneficia de auxílio nem as regras de atribuição da medida em matéria de auxílio estatal notificada indissolivelmente ligadas ao objeto do auxílio violam o direito da União em matéria de ambiente, nos termos do Regulamento [xx].

9.3 Relativamente aos auxílios não notificados, a Comissão passa a aplicar o novo ponto 11 às decisões finais da Comissão de encerramento do procedimento formal de investigação referido no novo ponto 11.4 nos casos em que a decisão de iniciar um procedimento nos termos do artigo 108.º, n.º 2, do TFUE tenha sido adotada após a publicação do Regulamento [xx] no *Jornal Oficial da União Europeia*.

11. **Renumeração**

Na sequência das alterações acima referidas, os atuais pontos 7 («O procedimento formal de investigação»), 8 («Investigações por setores económicos e por instrumentos de auxílio»), 9 («Denúncias formais»), 10 («Planos de avaliação») e 11 («Monitorização») são objeto de renumeração, passando a ser os pontos 6, 7, 8, 9 e 10, respetivamente.